



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ELIZANGELA PEREIRA DE ALMEIDA SOUSA

**A (DES) CONSTRUÇÃO DO RACISMO NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DOS ESTUDOS DE LITERATURA INFANTIL
AFRO-BRASILEIROS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO
2018**

ELIZANGELA PEREIRA DE ALMEIDA DE SOUSA

A (DES) CONSTRUÇÃO DO RACISMO NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DOS ESTUDOS DE LITERATURA INFANTIL
AFRO-BRASILEIROS.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, UFT - Campus Universitário de Miracema, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura plena em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725(Sousa, Elizangela Pereira de Almeida.

A (Des) construção do racismo na escola:: Contribuições do estágio supervisionado e dos estudos de literatura infantil Afro-brasileiros . / Elizangela Pereira de Almeida Sousa. – Miracema, TO, 2018.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2018.

Orientador: Drº Francisco Gonçalves Filho

1. Racismo. 2. Relações étnicas e raciais. 3. Literatura. 4. Escola e diversidade Cultural. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

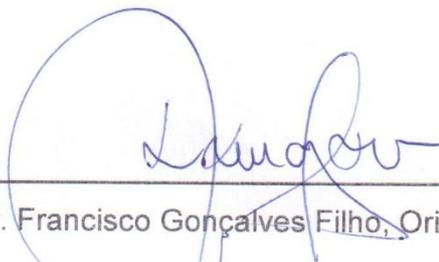
ELIZANGELA PEREIRA DE ALMEIDA DE SOUSA

A (DES) CONSTRUÇÃO DO RACISMO NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DOS ESTUDOS DE LITERATURA INFANTIL
AFRO-BRASILEIROS.

Monografia apresentado à Universidade
Federal do Tocantins, UFT - Campus
Universitário de Miracema, como parte
das exigências para a obtenção do título
de licenciatura plena em Pedagogia, sob
a orientação do Prof. Dr. Francisco
Gonçalves Filho.

Data de Aprovação: 17/09/2018.

BANCA EXAMINADORA:



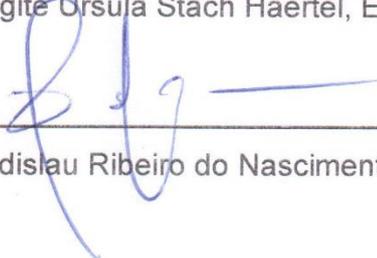
Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT



Prof. (a). Dr. (a) Ana Corina Spada, Examinadora, UFT



Prof. (a) Brigitte Úrsula Stach Haertel, Examinadora, UFT



Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Suplente- UFT

AGRADECIMENTOS

Nenhuma batalha é vencida sozinha. No decorrer desta luta algumas pessoas estiveram ao nosso lado, estimulando para a realização de mais uma etapa a ser conquistada.

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu forças para o término do curso.

Aos meus pais, Osmar e Luiza, que mesmo diante das dificuldades financeira investiram em minha formação, sem medir esforços.

Ao meu esposo, Edgar Alberto de Sousa, meus filhos Sabrina D'Àvila de Almeida Sousa e Sidney Wojtyla Almeida Sousa, por toda a dedicação e paciência, contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos.

Aos meus amigos do curso de Pedagogia, em especial a Luciana Rodrigues Torres e Antônia Castanheira, que trilharam esse caminho junto comigo, me incentivando para não desistir.

A UFT Universidade, seu Corpo Docente, Direção e Administração por terem me dado a chance e todas as ferramentas, que permitiram chegar, hoje, ao final desse ciclo de maneira satisfatória; e em especial, ao meu professor orientador, Dr. Francisco Gonçalves Filho, que diante das dificuldades teve paciência e competência para me orientar.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar e refletir sobre a formação da mentalidade racista e preconceituosa do brasileiro, com relação, principalmente, ao negro e ao indígena em nosso país, indicando direções sobre formas de superar essa prática no ambiente escolar. Essa reflexão inicia-se à partir do processo de colonização do Brasil, que perpassa pela escravatura de indígenas e de negros, pelo processo educacional-literário e da luta bem como dos marcos legais para a inclusão de História e Cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica, de modo a obter um foco na diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, modificando também o foco etnocêntrico. De maneira geral, esse trabalho está dividido em duas partes, sendo o estudo de caso a partir do ponto de vista de autores sobre ideologias raciais e a abordagem étnico-racial na formação dos professores. Essa abordagem foi realizada através de Estágio curricular Supervisionado, em duas instituições na cidade de Miracema do Tocantins/TO: Escola Municipal de Educação Infantil Vilmar Vasconcelos Feitosa e CMEI Dona Maracaípe. Buscando promover a sensibilização acerca de questões étnico-raciais, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e favorecendo um maior conhecimento acerca da cultura africana, sua presença e contribuição na composição da cultura brasileira através das obras “O cabelo de Lelê”; “O Menino Marrom” e “Origens africanas do Brasil Contemporâneo”.

Palavras-chave: Racismo. Relações étnica e racial. Literatura. Escola. Diversidade cultural.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze and reflect on the formation of the racist and prejudiced mentality of the Brazilian, with relation, mainly to the black and indigenous in our country, indicating directions on how to overcome this practice in the school environment. This reflection begins with the process of colonization of Brazil, which involves the slavery of indigenous and blacks, and the educational-literary process and the struggle and legal frameworks for the inclusion of Afro-Brazilian History and Culture in education curricula in order to obtain a focus on Brazilian cultural, racial, social and economic diversity, also modifying the ethnocentric focus. In general, this work is divided into two parts, being the case study from the point of view of authors on racial ideologies and the ethno-racial approach in teacher training. This approach was carried out through Supervised Internship in a classroom in two institutions in the city of Miracema do Tocantins / TO, Municipal School of Early Childhood Education Vilmar Vasconcelos Feitosa and CMEI Dona Maracaípe. Seeking to promote awareness about ethnic-racial issues, contributing to the deconstruction of stereotypes and favoring a greater knowledge about African culture, its presence and contribution in the composition of the Brazilian culture through the works "The hair of Lelê"; "The Brown Boy" and "African Origins of Contemporary Brazil".

Keywords: Racism. Ethnic and racial relations. Literature. School. Cultural diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 O RACISMO, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IDENTIDADE NEGRA E INDÍGENA: AS CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS AFRO-BRASILEIRAS DAS OBRAS “O CABELO DE LELE”; “O MENINO MARROM” E “ORIGENS AFRICANAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.....	10
3 OS MARCOS LEGAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA.....	20
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	26
4.1 O Estágio como Integrante do Itinerário Formativo.....	26
4.2 A Formação de Professores na Educação Superior e as Questões Étnico- Raciais	26
4.3 Análise do Estágio Supervisionado Articulado às Questões Étnico- Racial.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar e refletir sobre a formação da mentalidade racista e preconceituosa do brasileiro, na escola e indicar apontamentos sobre formas de superar essa prática no ambiente escolar.

Vivemos em um país onde a herança do preconceito racial é muito presente, devido aos mais de 300 anos de escravidão, apesar de haver certa negação ou omissão do problema. As marcas dessa herança cultural estão, muitas vezes, implícitas em letras de músicas, na mídia e até mesmo na Literatura Infantil. A maioria das histórias e contos apresentados às crianças ou lidos por elas enfatizam a cultura europeia. Podemos exemplificar com os seguintes contos: Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho, Rapunzel, dentre outros, que são importantes para a formação da criança, no entanto, não podem ser os únicos, pois faltam os de referência da identidade afro-brasileira.

Portanto, essa temática deve ocupar seu lugar nas escolas, espaços importantes de discussão e práticas voltadas à educação que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira. O que vivenciamos hoje é resultado de um longo processo de lutas e enfrentamentos da questão racial promovido pelos Movimentos Negros e todos os cidadãos que lutam para que aconteça o rompimento de ideias e valores que excluíram a história e a participação do povo africano da formação da cultura brasileira. Segundo o artigo 1º do Estatuto da Igualdade Racial, “desigualdade racial” *é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica (p. 08).*

O estudo se utiliza do método bibliográfico, da experiência do estágio curricular proporcionando um contato maior com a realidade, em duas escolas de Miracema do Tocantins-TO, por meio de observação dos alunos, professores e comunidade, nas relações cotidianas, nos espaços de concentração, em suas ações espontâneas, para verificação do uso de expressões pejorativas, com o objetivo de identificar as formas de manifestação de preconceito, discriminação e racismo, bem como análises e experiências dos estágios com títulos literários afro-brasileiros.

O TCC tem como base a promoção de discussões, debates e ações práticas buscando produzir e ampliar conhecimentos a fim de desnaturalizar o

discurso preconceituoso, e promover o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira.

Assim, o interesse pela temática surgiu também de discussões com os orientadores sobre a obra literária “O Cabelo de Lelê”, através do estudo sobre a África, os mapas e os fatos históricos. Portanto, para compreender algumas situações vivenciadas no Estágio Curricular Supervisionado serão apresentados conteúdos sobre as relações de discriminação, preconceito e racismo. Serão utilizados como embasamentos teóricos os estudos das leis Lei 10.639/2003 – Obrigatório que forma ensino da história e cultura africana e afro-brasileira; Lei 11.645/2008 - Obrigatório ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; e Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, dando relevância também aos estudos dos livros; “O racismo na história do Brasil, Mito e realidade”, “O menino marrom”; “O Cabelo de Lelê” e “Origens Africanas do Brasil Contemporâneo”.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o racismo, preconceito e a discriminação racial e suas consequências na identidade negra e indígena: as contribuições críticas afro-brasileiras das obras “O cabelo de Lelê”; “O menino Marrom” e “Origens africanas do Brasil contemporâneo” retratando o surgimento do racismo de acordo com teóricos estudados.

O segundo capítulo trata dos marcos legais do ensino de história e cultura afro-brasileira, com as leis: 10.639/2003, 11.645/2008, 12.288/2010.

O terceiro capítulo trabalha o estágio supervisionado e as abordagens étnico-racial na formação dos professores, o estágio como integrante do itinerário formativo, a formação de professores na educação superior e as questões- étnico-raciais seguido da análise do Estágio Supervisionado articulado às questões étnico-raciais.

2 O RACISMO, O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA IDENTIDADE NEGRA E INDÍGENA: AS CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS AFRO-BRASILEIRAS DAS OBRAS “O CABELO DE LELÊ”; “O MENINO MARROM” E “ORIGENS AFRICANAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO”.

No início do século XVI, a partir das necessidades que iam surgindo na nova colônia portuguesa, como por exemplo a extração de madeira (pau-brasil) e minérios, a escravidão foi sendo estabelecida enquanto força de produção, primeiro escravizando os índios e depois trazendo os negros, durando aproximadamente 350 anos, até a abolição 1888 e término do Império, em 1889.

Em termos de população, os indígenas que se encontravam no Brasil, quando os portugueses chegaram, eram bastante diversificados em termos linguísticos e culturais, distribuídos entre tapuias, guaranis e tupi-guaranis. Os interesses econômicos dos portugueses fizeram com que estes, maltratassem e escravizassem os índios, ignorando o desejo inicial, dos jesuítas que defendia uma colonização cristã e pacífica. Segundo CARNEIRO, (1995, p. 9,) “Sob a alegação de que eles eram preguiçosos, sustentou-se durante séculos o mito do índio indolente, conceito que ainda hoje está presente na mentalidade da maioria dos brasileiros”. Os conflitos que foram se gerando, fizeram com que muitos indígenas buscassem o isolamento em regiões longínquas, no interior do país. Quando porém, os portugueses descobriram uma madeira cor de brasa muito resistente (pau-brasil), enxergaram aí uma utilidade para os índios, fazendo-os escravos na extração da madeira de cor “brasil”

Mesmo assim, resistiram à dominação dos portugueses, e isso fez com que muitos deles se isolassem em regiões interioranas e longínquas.

Segundo Carneiro (1995):

Boa parte dos textos históricos e literários que têm o índio como personagem reforça apenas os aspectos folclóricos de sua cultura, tratando-os como irmãos estranhos. A imagem do seu índio continua a ser idealizada, longe de expressar uma realidade marcada pela miséria, pela doença, pelo alcoolismo, pelo duro trabalho como bóia-fria e pela tentativa de adaptação à vida dita civilizada. Depois de tanto tempo, o índio continua a ser considerado como outro, julgado pelos valores do homem branco. (CARNEIRO, 1995, p. 9).

A expansão da manufatura e o surgimento da indústria na Europa surgiu entre os séculos XVI e XVIII, “nessa mesma época, criaram-se e expandiram-se as *plantations*¹, os engenhos e as encomendas nas colônias do Novo Mundo. O trabalho escravo era a base da produção e da organização social nas plantations e nos engenhos”. Durante o período colonial os negros africanos eram capturados em seus países de origem, e transportados para o Brasil em condições sub-humanas, para servirem de mão de obra nas lavouras de cana-de-açúcar. Posteriormente, trabalharam também em outros segmentos da agricultura (cultivo de café, tabaco, algodão), na pecuária, na mineração e na execução de trabalhos domésticos.

Com a chegada dos negros ao Brasil, eles eram forçados a servirem os “senhores de engenho”, que os maltratavam e castigavam, sendo que os castigos utilizados eram: mutilação, açoite, retalhamento de fundilhos com faca e cauterização das fendas com cera quente, chicote, palmatória, entre outras atrocidades.

De acordo com Carneiro (1995), era possível notar que:

O negro e o mestiço dificilmente conseguiam igualar-se ao homem branco. O “mundo da senzala” sempre esteve muito distante do “mundo da casa-grande”. Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. (CARNEIRO, 1995, p. 15).

Analisando a afirmação de Carneiro (1995) é possível identificar que atualmente, o racismo camuflado que impede que os próprios negros tenham a liberdade de expressar os seus traços, devido ao próprio processo de sobrevivência desde os tempos da escravidão.

Ainda segundo a autora, no Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Essa mentalidade é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada. O racismo camuflado é traiçoeiro e tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nas democracias. Se analisarmos algumas passagens da história, verificaremos que no âmago de uma “nova raça miscigenada”, foi disfarçada no povo brasileiro, uma mentalidade racista.

¹ O plantation foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América. Ele consiste em quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/plantation.htm>

Segundo Carneiro (1995), na obra intitulada “O racismo na História do Brasil”, o tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas, como por exemplo, impedir alguém de assumir um emprego por não ser branco é um ato de discriminação racial. Ao passo que o preconceito, como o próprio nome já sugere, é justamente o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimento dos fatos.

Na definição dada pela autora, ao racismo, esta diz que:

Muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores a outras. Assim, essas três questões devem ser enfrentadas para que haja a promoção da identidade étnico-racial. (Carneiro, 1995, p.06)

Para lançar luz sobre esse assunto, um dos autores mais lidos sobre a temática da mestiçagem, Gilberto Freyre, compôs importantes obras como Casa grande & Senzala e Sobrados e Mucambos². Seus escritos são responsáveis por transferir o debate de raça para o âmbito da “cultura”, apresentando de modo positivo, a formação de uma “cultura brasileira única” que contemplava positivamente características três raças. A partir desse novo “enquadramento” da miscigenação, o Brasil estaria a caminho de produzir uma nova raça. Thomas Skidmore observou, com tom de sarcasmo: “Em uma palavra, o Brasil tinha escapado do racismo”. Assim sendo, o racismo foi varrido para debaixo do tapete da hipocrisia disfarçada.

Dessa forma, ainda segundo a autora, persistem os mitos, que alimentam falsas realidades. Muitos necessitam deles para conseguir enfrentar o cotidiano, a fome, a miséria, o caos político. Mas alguns desses mitos agem negativamente, favorecendo determinados grupos sociais, em prejuízo de outros. O Brasil da democracia racial, ou do brasileiro homem cordial não existe. Senão, como explicar a situação marginal em que vivem os negros e indígenas?

Portanto, o racismo é uma maneira de discriminar as pessoas, baseado em motivos raciais, de tal forma que umas se consideram superiores a outras. Exemplo disto foi o aparecimento na Europa no século XIX, de ideologias/doutrinas para justificar a superioridade da raça branca sobre o resto da humanidade. Entre

² Mucambo são denominações dadas a moradias construídas artesanalmente, muitas vezes de frágil constituição. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/mucambo/4682/>

estas ideologias/doutrinas, Carneiro (1995), cita o Arianismo, o Darwinismo social, o Evolucionismo social e a Eugenia.

Na literatura brasileira, podemos citar Monteiro Lobato como um ideólogo da eugenia nacional, com obras e personagens hoje questionáveis, como por exemplo, a obra *Urupês*, com seu Jeca Tatu que nada mais é que uma figura caricata e pejorativa do caipira brasileiro, retratado como preguiçoso e comparando o caboclo a um urupê de pau-podre. A ineficiência do Jeca não era mais questão de inferioridade racial, mas sim um problema médio-sanitário. Nesse contexto observamos que a literatura vem carregada de ironia, propondo uma elite “civilizada”.

Segundo Carneiro (1995), o arianismo é uma doutrina que justifica a desigualdade entre os homens e adverte contra o cruzamento das raças sendo um fenômeno sustentado pelos nazistas que propunham o extermínio das raças impuras fundamentados nos princípios da ciência moderna.

Assim, as formas e graus de manifestação do anti-semitismo que é o preconceito ou hostilidade contra judeus, baseada em ódio contra seu histórico étnico, cultural e/ou religioso, variam de acordo com as visões de mundo herdadas de um passado remoto e da persistência dos mitos políticos que interferem nas formas de manifestação. É nos momentos de crise aguda que o anti-semitismo encontra condições para se manifestar, seja através de um discurso forjado, seja explicitamente, como ocorre em alguns países do Primeiro Mundo.

O Darwinismo social tem como base uma analogia com as ciências biológicas, em que os organismos vivos são representados pelos grupos sociais em conflito, as ideias difundidas pelo Darwinismo social acreditam que as sociedades evoluem naturalmente de um estágio inferior para os estágios superiores e mais complexos de organização social. Segundo Carneiro (1995), essa visão crê que, o progresso máximo da humanidade alcançou seu ponto máximo na cultura ocidental, sendo que as demais seriam menos evoluídas e, por isso, consideradas *primitivas*.

De acordo com a autora, a Eugenia propunha a escolha de uma raça mais pura ou, pelo menos do bom nascimento, defendendo a esterilidade de doentes, criminosos, judeus e ciganos. O racismo é um problema antigo e ainda comum nos dias de hoje. Pode acontecer por várias razões, como cor da pele, genética, status financeiro, cultural etc.

Nesse diapasão, Carneiro (1995) diz:

Desde o século XVI, expressões estereotipadas foram empregadas pelo colonizador europeu interessado em segregar esses grupos. Apesar de viver no século do humanismo e das descobertas de outros mundos, para além da velha Europa e da Ásia, esse homem não soube conviver com aquele que era diferente; não soube entender o outro, o desconhecido, visto ora como infiel, ora como exótico. (CARNEIRO, 1995, p. 9).

A discriminação racial no Brasil é responsável por parte significativa das desigualdades entre negros e brancos, mas, também, das desigualdades sociais em geral. Essas diferenças são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas, também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, cotidianamente, procedimentos discriminatórios. A persistência das desigualdades sociais, sobretudo, negra e pobre, compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Para poder reverter esse quadro, e promover um modelo de desenvolvimento no qual a diversidade seja um dos seus sustentáculos, no qual prevaleça a cultura da inclusão e da igualdade, faz-se necessário entender que a desigualdade racial no Brasil resulta da combinação de diversos fenômenos complexos, tais como o racismo, o preconceito, a discriminação racial, incluindo-se a discriminação ou racismo institucional. O enfrentamento desses fenômenos requer a atuação conjunta de um Estado efetivo com uma sociedade ativa e fortalecida. Requer ainda a articulação e a convergência de diferentes tipos de intervenção desde a repressão às práticas de racismo passando por ações de valorização da população negra e pela combinação de políticas sociais universais com políticas afirmativas.

De acordo com Carneiro (1995), o preconceito é uma opinião formada sem conhecimento dos fatos, formando uma ideia pre-concebida e desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso ou social.

É nítido perceber que algumas literaturas visam contribuir para a desconstrução de estereótipos dos negros; No livro “O Menino Marrom Ziraldo 2017”, na qual o negro é apresentado como protagonista, visando, possivelmente, o enaltecimento das personagens negras. Em o menino marrom, o menino (sem nome) não se reconhece enquanto raça negra, ele não se afirma enquanto negro nem procura ressignificar sua raça, ao contrário, sua raça/etnia torna-se uma incógnita, o menino marrom não tem identidade.

Contudo, o autor ao apresentar o menino cor-de-rosa, traz

questionamentos e reflexões a respeito das cores e dos tons da pele. Por curiosidade, questões raciais são levantadas, pelos próprios personagens, permitindo a construção das suas próprias identidades. Eles (o menino marrom e o menino cor-de-rosa) se tornaram amigos inseparáveis, independente de qualquer fronteira, raça, classe social ou etnia; no decorrer do livro conta sobre diversos descobrimentos que os dois amigos compartilhavam, pois se deparavam com revelações sobre as diferentes colorações e grupos étnicos. O autor enfoca o fato das denominações que se dão na questão da cor da pele, e põe em discussão o sentido das palavras, preto, branco, negro, claro, escuro, moreno, etc.

Os amigos, espertos e curiosos, dentre outras coisas, decidem descobrir juntos o mistério das cores e acabam fazendo muitas outras descobertas, compreendendo questões como: as diferenças humanas, a valorização de identidade, a diversidade étnico-racial. A literatura mostra que a vida tem suas prioridades e necessidades, trazendo a reflexão sobre atitudes discriminatórias, intolerância racial, diversidade étnica, valores como a verdadeira amizade.

Os dois são inquietos e questionadores e procuram conhecer o porquê de tudo. A história conta com detalhes a personalidade e as características dos garotos, e como faziam para passar o tempo e se divertir nas horas vagas, mas também brigavam de vez em quando, uma interação normal entre dois amigos; conta também algumas das diversas coisas que descobriam na questão dos segredos que envolvem o colorido da vida, era o que os meninos mais se encantavam, descobrir o porquê de tudo, e especialmente se tratando de cores; e desse modo colocar a mente das crianças voltadas para essas questões de amizades e seus verdadeiros sentidos.

Outros personagens também aparecem no livro, mas são os meninos que tomam conta da história como protagonistas; e assim o autor traz junto com eles diversas alusões, metáforas, passagens que podem ser amplamente abordadas em sala de aula, e para o público infanto-juvenil.

A principal temática do livro é trazer questões sociais sobre a gama de raças e etnias que compõem a nossa sociedade, e esses temas são discutidos na obra de uma forma clara que possa ser interpretada para as crianças, e colocar em discussão sobre atitudes discriminatórias e intolerância racial, e assim cultivar nas crianças mensagens sobre os verdadeiros valores e sentidos da vida, como a verdadeira amizade e lealdade.

Outra obra literária neste mesmo sentido é “**O Cabelo de Lelê**”, de Valéria Belém. Nesta história, a autora busca valorizar os traços da cultura negra, que foram discriminados por conta de uma extensa história de racismo que, infelizmente, deixa sinais até hoje.

O livro apresenta uma criança afrodescendente que questiona o porquê de seu cabelo ser cacheado, revelando, deste modo, que ela deseja saber a origem de tantos cachinhos, pois ela joga para um lado e para outro e ele não fica “bom”. O cabelo é um dos elementos que compõem a identidade negra, um símbolo dessa cultura. No entanto, as representações estéticas mais aceitas na sociedade tendem a anular as diferenças, de maneira que o negro deve se apresentar de uma forma mais “aceitável”, utilizando, para tanto, técnicas de pentear e alisar os cabelos.

Lelê procura nos livros as respostas que buscava. Mexe, remexe, até encontrá-las:

Depois do Atlântico, a África chama e conta uma trama de sonhos e medos de guerras e vidas e mortes no enredo. Também de amor no enrolado cabelo puxado, armado, crescido, enfeitado Torcido, virado, batido, rodado São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! (BELÉM, 2007, p.6)

A identidade afro-brasileira perpassa as atitudes e ações da personagem. Quando ela descobre, através dos livros, as respostas sobre as suas origens a aceitação do cabelo é bem mais rápida. Lelê compartilha a felicidade com os seus amigos. Vale salientar que os demais personagens que compõem a obra são crianças de diversas etnias, eles convivem de forma pacífica e sem estereótipos.

Nesta perspectiva, a literatura infantil afro-brasileira colabora para a construção de um imaginário infantil em que a criança se sente representada em um enredo cujo personagem principal é negro, o que permite que ela reconheça sua origem e construa uma identidade positiva de si.

A literatura infantil exerce grande influência na construção da identidade, pois é por meio dela que a criança personifica seus anseios infantis em um enredo em que ela se sente representada. Assim sendo, a escola deve oferecer a seus educandos o contato com a literatura infantil afro-brasileira, que contemple heróis negros e cultura africana, tanto para que haja a compreensão e a valorização da diversidade cultural originária da África quanto para que crianças afrodescendentes possam desenvolver uma imagem positiva de si, construindo, desta forma, uma identidade racial desde a primeira infância.

Assim, é nítido que no Brasil, as escolas pouco trabalham sobre literaturas que retratam o racismo, sendo assim o preconceito racial persiste e é difícil saber quando alguém é racista ou faz injúria racial³. As questões raciais nas escolas, são trabalhadas apenas em datas comemorativas, como o Dia do Índio e o Dia da Consciência Negra de forma implícita, com atividades de pinturas do corpo na data dedicada aos indígenas e um belo feriado de (in)conscientização racial, tornando-se apenas mais uma data entre muitas. Sabemos que o trabalho desenvolvido nas escolas, sobre a história da cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula, é um reflexo do pouco conhecimento e pouca valorização da nossa própria história.

Portanto, para (des) construção de hábitos antigos sobre a África é necessário se aprofundar nas origens, historicidade e seus aspectos políticos econômicos. Devido à falta de conhecimento surgem uma visão pejorativa de que é repleto de pobreza, doenças, fome, negros e selva. Tudo isso existe, de fato, mas ela não se resume a isso e o nosso olhar nada mais é do que um desconhecimento do continente africano, partindo para uma interpretação muito fragmentada, portanto é necessário desconstruí-la.

A África é um continente de grande diversidade cultural em termos biológicos, linguísticos e culturais, organizado economicamente, sendo considerado o berço da humanidade. Ao mesmo tempo que o continente é diversificado é também uma unidade. Unidade, pois cada país, com seu povo e cultura, constitui um só continente chamado África.

De acordo com Munanga (2012), tratando-se de diversidade cultural e unidade africana, tanto a África tradicional quanto a moderna são um mundo variado e diverso. Em sua complexa realidade social, a África é composta de sociedades, em que cada uma tem sua individualidade cultural e se expressa por nomes próprios. Na esfera da ação, a unidade africana foi também reconhecida pela afirmação da negritude e do pan-africanismo. A negritude, posição intelectual, e o pan-africanismo, posição política, convergem ao afirmarem, a primeira, que todos os africanos tinham uma civilização em comum, o segundo, que todos os africanos deviam lutar em conjunto.

³ A injúria racial é considerada um dos crimes contra a honra, e é a ação de ofender alguém baseado em sua cor, crença, etnia ou condição enquanto idoso ou portador de deficiência. Disponível em <https://www.significados.com.br/injuria-racial-e-racismo/>

Ainda segundo o autor, a influência dos africanos no processo afro-brasileiro é delineado a partir do tráfico negreiro. Sendo uma das maiores tragédias da história da humanidade onde eles deixavam forçadamente o seu continente para exercer o trabalho compulsório no Brasil. Uma vez embarcados nos navios negreiros, os escravos, oriundos de diferentes regiões e etnias africanas, eram tratados com extrema violência e recebiam pouca alimentação. Geralmente, eram maltratados e castigados sem nenhum motivo aparente e eram amontoados dentro dos navios tumbeiros em ambientes insalubres, propícios à proliferação de doenças.

O autor relata que o navio negreiro foi construído exclusivamente para o tráfico dos escravos, com capacidade para 450 capturados, mas levava 600, provocando a morte de milhões de negros com 50% de mortos, aproximadamente no total.

De acordo com Munanga (2012):

O que deve estar em questionamento crítico não são os homens ou os continentes ou os países que se envolveram com o tráfico, mas o sistema escravista e o tráfico que o alimentavam, o qual hoje é considerado uma das maiores tragédias da humanidade. (MUNANGA 2012, p.90)

A contribuição negra vai além da povoação e da prosperidade econômica através do seu trabalho. Explorados vindos de diversas partes da África, os negros trouxeram suas matrizes culturais e transformaram não apenas sua religião, mas todas as suas raízes em uma cultura de resistência social. O negro deu seu ritmo à música brasileira, por isso, se diz que a música popular brasileira nasceu da África. A raiz negra está em tudo: no samba, no pagode, no afoxé, no carimbó, no maxixe, no coco, no maracatu, no baião, no forró, na embolada, etc. Além dos ritmos, os africanos trouxeram também instrumentos, como o berimbau, agogô, maracá, alfaia, atabaques, etc. Nos esportes, o negro criou a capoeira.

No domínio da cultura, os bantos, assim como os chamados sudaneses, deixaram vários aportes hoje integrados na cultura brasileira. **Na música**; deixaram suas marcas em instrumentos musicais, como os tambores de jongo; **na escultura**, os bantos deixaram suas marcas nas figas em madeira e nos objetos de ferro; **na mineração**, eles introduziram a bateia; **na construção**, eles deixaram o mocambo. Na **dança** os elementos culturais são presentes nos; congos, quilombos, coco, jongo, maculelê, maracatu, bumba-meu-boi e capoeira com **destaque para o samba**. (MUNANGA 2012, p. 95)

Não obstante, ser negro no Brasil é uma escolha muitas vezes política. Haja vista que em nosso país não denominamos como negras todas as pessoas que tenham antepassados africanos ou afro-brasileiros. Ser negro no Brasil não é uma questão de origem como nos Estados Unidos, pois se assim o fosse, todos os brasileiros seriam considerados negros, visto que somos resultado de uma miscigenação, entre índios, portugueses e africanos.

Nessa perspectiva encontra-se problemas relacionados a exclusão dos negros na sociedade, devido as influências históricas estereotipadas que são construídas dentro das escolas e na própria sociedade.

Assim, tendo em vista o poder que a escola tem na construção e desconstrução de ideologias é que acreditamos que nela podemos trabalhar não apenas as questões étnico-raciais e de combate ao racismo e discriminação, mas, sobretudo, evidenciar que estes mesmos problemas são político-sociais e, com isso, estaremos contribuindo com um processo de formação política, classista dos estudantes.

O Brasil tem uma dívida com os afro-descendentes e africanos devido aos anos de exclusão, abdicação de direitos e não reconhecimento de sua importância na História, na formação e na construção do País. Diante disto, acreditamos que a Lei 10.639/2003, antes de qualquer contribuição que possa oferecer para o combate ao racismo brasileiro, apresenta-se como um instrumento político que pode auxiliar no resgate da nossa historicidade.

Os conteúdos preconceituosos e racistas do currículo escolar fragmenta a história e a beleza do continente africano. Ele que enriqueceu não somente no que condiz a culinária, música, dança, literatura etc, mas o desenvolvimento econômico, político entre outras características que foram desenvolvidas na sociedade brasileira, um conflito de povos que devem ser reconhecidos por sua unidade africana trazendo aspectos de um país com múltiplas influências.

Desse modo, observa-se a formação e a preservação de uma identidade cultural, bastante plural devido as influências: europeia, africana e indígena, favorecendo uma riqueza cultural bastante peculiar. Os africanos tiveram um papel importante no processo de formação cultural brasileiro, pois através da inserção de suas práticas e seus costumes na sociedade brasileira contribuíram para a formação de uma identidade cultural afro-brasil.

3 OS MARCOS LEGAIS DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

No século XIX, durante 17 anos, aconteceram muitas lutas e perseguições entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição. Os escravocratas queriam manter o “status quo”, ou seja, deixar tudo como era, pois afinal de contas, os escravos estavam totalmente agregados economicamente ao sistema de lucros que se havia estabelecido até ali. Como compensar os vultuosos lucros recebidos através da mão de obra escrava? Seria muito impactante aos senhores, terem de pagar além daquilo que seria, até ali, apenas o preço de um escravo. Há 130 anos atrás, no dia 13 de maio de 1888 a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel: os negros estavam libertos, enfim, a luta dos abolicionistas se tornava vitoriosa.

Entretanto, de acordo com Carneiro (1995, p. 16). “Os antigos escravos e seus descendentes continuaram a ser tratados como párias discriminados pela cor e pela classe social e chamados pelos tradicionais estereótipos – boçal, sujo, estúpido, atrasado, bruto, imoral, mentiroso, degenerado”. Desta forma, é possível analisar que mesmo com a libertação dos escravos, era difícil a inserção dos mesmos na sociedade, e, isso fazia com que eles não conseguissem emprego. Muitos tentavam vender cestos, galinhas, doces e tabaco. Alguns, mais espertos e conhecedores da natureza, serviam de guias aos viajantes estrangeiros enviados para estudar o Brasil, geralmente a serviço das grandes potências europeias. (CARNEIRO, 1995, p. 16). Assim, o fim da escravidão formal não extinguiu a condição subalterna imposta à raça negra, que se perpetuou na história ante a escassez de oportunidades e tratamentos igualitários.

A cultura europeia fora muito valorizada pela classe dominante brasileira e isso ocorreu com a imigração dos estrangeiros a partir do século XX. Devido a esse fato os negros se sentiam desvalorizados e julgados como seres inferiores e que atrasavam o avanço do país. Então, como retrata Carneiro (1995), sobre o projeto dominante de branquear a população:

Uma das opções encontradas pelos negros para ascender na escala social e melhorar sua condição de vida foi o branqueamento. Ao miscigenar-se com o branco, conseguiu clarear a pele; ao alisar os cabelos, aproximou-se do ideal de beleza branca. (CARNEIRO, 1995, p. 17).

Ainda no período Colonial, as pessoas negras exigiram melhores condições de vida, pois no tempo da escravidão, a luta, foi por liberdade, depois com abolição da escravidão e a proclamação da República, a luta passou a ser outra. Lutou-se pela inserção e reconhecimento das pessoas negras como cidadãos. Assim, homens e mulheres negras começaram a lutar pela garantia dos direitos sociais básicos e contra o preconceito racial.

A atual exigência da inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica é uma luta histórica que objetiva não apenas modificar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz européia para um afro-brasileiro, mas sim, acrescentar no foco dos currículos escolares as diversidades: cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa Concepção cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias.

Portanto, seu objetivo é corrigir as desigualdades e trazer oportunidades iguais para os diversos grupos sociais e étnico-raciais, isto é, para o reconhecimento e a valorização da história, a cultura e a identidade. É necessário entender o que esta lei representa no contexto das relações raciais no Brasil e, sobretudo, tomar decisões sobre os limites e as possibilidades da lei, suas implicações que ocorrerá na formação de professores e professoras na sala de aula. Assim, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 17) a:

[...] obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.” (BRASIL, 2004, p. 17)

O fundamento da consciência política e histórica da diversidade conduz à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e histórias próprias, igualmente

valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, a sua história. O princípio do fortalecimento de identidades e de direitos deve orientar o desencadeamento do processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida, e o combate à privação e à violação de direitos.

A partir de 2003, foi instituída pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 que tem como eixo central a Educação e sua finalidade é incorporar estudos sobre a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis da escolaridade nacional. Assim sanciona a lei:

Altera a Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. E dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Com a implantação desta Lei, as instituições de ensino passaram a abordar conteúdos relacionados à História de luta dos negros no Brasil, suas origens, seus costumes e as contribuições que trouxeram para o país. Reconhecer suas origens é um caminho que oportuniza a libertação das imposições eurocêntricas que ao longo dos anos vividos faz parte do imaginário da sociedade deste país; é permitir que se construa um presente afro-brasileiro a partir do conhecimento do passado africano.

A Lei 10.639/2003, pode ser considerada um progresso de uma história da população negra para se ver exposta com o mesmo valor dos outros povos, tendo o propósito de uma mudança social. Por meio da política educacional, a implementação desta lei significou ruptura profunda de uma postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional.

Para Munanga, (2009) a Lei nº10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e a Cultura Africana, nas escolas públicas e particulares, é exemplo de mudanças dando importância ao conhecimento dos alunos sobre alguns aspectos da geografia africana em geral. Nessa perspectiva, a Lei anteriormente mencionada pode ser entendida como uma forma de desmitificar a imagem negativa contra a população negra. Considerando que, a partir do momento que as escolas se apropriarem desta lei e começarem a pôr em prática o que ela determina, a população começará a ver o negro de outra forma, com um novo olhar.

É um começo para a sociedade em que vivemos, onde se tem uma discriminação disfarçada. Porém, há necessidade de mudanças de comportamentos onde deve haver uma mudança de postura da sociedade. A sociedade deve compreender que todos são iguais perante a lei e iguais no direito. Portanto, é necessário que hajam projetos onde a população seja sensibilizada, conscientizada e mobilizada em prol dos direitos de todos.

A escola tem um papel fundamental, sendo ela um local de formação de opiniões. Nela são desenvolvidas possibilidades de criar momentos de sensibilização e conscientização, antes de atingir a etapa de mobilização que envolveria a comunidade fora da escola. A Lei 10.639/03, não pode apenas ficar no papel e serem discutidos os temas em livros didáticos. É necessário organizar trabalhos de campo para que os alunos possam conhecer museus, cidades históricas e representantes do poder público.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.14) afirmam que:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. A escola tem o papel predominante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, a conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais a conhecimento avançados, indispensáveis para a consolidação e conserto das nações como espaços democráticos e igualitários. Para obter bom êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (BRASIL, 2004, p.14).

Nesse sentido, o Estatuto da Igualdade Racial é uma Lei muito importante, que traz ao meio jurídico a unidade das ações afirmativas que irão permitir um avanço essencial e que pretende construir e dar o passo inicial nesse grande caminho imprescindível de ser percorrido pela nação para promoção da igualdade racial.

A Lei 12.888/10 é composta por 65 artigos, e engloba diversas áreas que cuidam dos direitos indispensáveis para igualdade racial, dentre eles o direito à saúde, à educação, cultura, esporte e lazer, liberdade de consciência, de crença e religiosa, acesso à moradia e trabalho.

O Estatuto estabelece que discriminação racial ou étnico-racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010 parágrafo único do artigo 1 p. 7)

Suas ações afirmativas estabelecem que os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2010, inciso V, parágrafo único do art. 1). Por meio do Estatuto é possível exigir do Estado medidas perceptíveis para atender um interesse individual ou coletivo, sua contribuição nos projetos e ações serão destinadas a combater a “discriminação racial” e as “desigualdades raciais” que atingem os afro-brasileiros.

A Lei nº 12.288/10, determina que o desenvolvimento deve ser pleno, assim compreende-se, sem nenhum tipo de preconceito, discriminação e desrespeito à pessoa humana. Portanto o Estatuto da igualdade racial estabelece que não se pode aceitar diferenças entre as pessoas, sejam de comportamento, cultural, religiosa, étnica ou racial. Uma pessoa não pode ser julgada, tratada de forma diferente ou rejeitada por sua cor de pele.

A visão etnocêntrica do mundo cria estereótipos, preconceitos, menosprezo de distintas formas. E tudo isso vai arquitetando uma ideologia que reforça e nega formalmente a existência do racismo no Brasil.

O Estatuto da Igualdade Racial define precisamente o que se quer combater com o estabelecimento desta Lei e, ao definir que a população negra é

formada pelo “conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo [...] IBGE, ou que adotam auto definição análoga” (BRASIL, 2010), pretende elucidar quem é o público-alvo das ações afirmativas.

4 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

4.1 O estágio curricular como integrante do itinerário formativo

O estágio curricular é um ato educativo capaz de nos fazer refletir sobre a realidade, o que é ser educador e que através da experiência da prática aproxima o acadêmico da realidade de sua área de formação e o ajuda a compreender diversas teorias que acarreta ao exercício da sua profissão e que visam à preparação para o trabalho produtivo do estudante regularmente matriculado.

O estágio curricular integra o itinerário formativo do educando e objetiva a efetivação da aprendizagem como processo pedagógico de construção de saberes e experiências, para o desenvolvimento de competências e habilidades através da supervisão de professores atuantes, sendo a relação direta da teoria com a prática cotidiana e faz parte do projeto político-pedagógico do curso.

Ele acontece durante a vida acadêmica que inicia com a observação no âmbito escolar, atividades complementares, práticas pedagógicas, proporcionando mais veracidade e sucesso à sua formação profissional. Portanto, analisamos a importância, não apenas do estágio curricular como também de todo o processo de formação acadêmica nos bancos escolares, que envolve o embasamento teórico visto na sala de aula que leva a realização do estágio, e o conhecimento científico que coloca em prática durante sua execução.

A função do estágio é aumentar a experiência profissional do educando através da intervenção prática. Esta se torna ainda mais propícia quando está ligada à realidade em que a escola está inserida, pois, com a interação entre o aluno e a escola, há um ganho pedagógico para todos, uma vez que grande parte do conhecimento teórico da sala de aula vai ao encontro à situação concreta e do cotidiano.

4.2 A formação de professores na educação superior e as questões- étnico-raciais

De acordo com Spada (2018)

A Lei nº 9.394/96 LDB apresentou propostas para mudanças na formação dos profissionais no Brasil, destacando a demanda por formação, em nível superior, para os profissionais da educação que atuavam junto à educação infantil. As diretrizes oferecidas pelo documento oficial sinalizam para a integração entre os componentes curriculares dos cursos de licenciatura plena e também apontam a necessidade de uma relação mais próxima entre o local de formação inicial – as universidades – e o meio no qual o exercício profissional se desenvolve – as instituições escolares. Assim determina como deve ocorrer sua distribuição em atividades como: aulas teóricas, aulas práticas, estágios curriculares supervisionados e atividades complementares, por meio dessa ação as universidades visa apontar caminhos para o planejamento e execução de Educação Básica. (SPADA, 2018, p.3)

Como verificamos no texto da autora, destacamos a ideia de formação dos profissionais da educação infantil que deve acontecer no ensino superior, pois na universidade será proporcionado uma visão mais crítica da realidade, pois se fundamenta em pesquisas e estudos críticos dedicados à formação desses profissionais. Através das propostas da LDB iniciaram um processo de transição e mudança no perfil dos profissionais da educação que até ali, atuavam na educação infantil trazendo uma formação muitas vezes precária. Aqueles professores que ao longo de muitos anos haviam se contentado em atuar com seus alunos, trazendo consigo uma formação em magistério, se viram diante da oportunidade/obrigação de buscarem uma formação superior.

Quando olhamos hoje, é quase impensável a tamanha falta de formação de boa parte de nossos educadores no Brasil, principalmente na educação infantil, fase mais crítica do processo de ensino/aprendizagem. Outro ponto importante, foi o fato de repensar os vários componentes curriculares desconexos entre os cursos de licenciatura, buscando fazer uma integração melhor entre eles. A aproximação na relação entre universidade formadora de professores e as instituições escolares foi uma proposta muito positiva, possibilitando um trabalho de pesquisa em campo, permitindo ao futuro professor da Educação Básica, a possibilidade de interagir com a própria realidade de ensino que se desenvolve nas escolas.

Segundo Spada (2018):

Os objetivos que norteiam a atividade de Estágio Curricular Supervisionado promove a construção da identidade profissional e de posturas pautadas na autonomia de pensamento, favorece a reflexão crítica acerca da escola e do ato educativo e promove uma maior articulação entre a universidade e as instituições de Educação Básica, realizando a articulação entre conhecimento científico e saberes experienciados pelos discentes ao longo da inserção no estágio curricular supervisionado. (SPADA, 2018, p.8)

De acordo com a autora, os objetivos apresentados norteiam o acadêmico a não ter como base somente o que está pronto, mas delinear o itinerário para a sua autonomia, facilitando a reflexão crítica para uma prática transformadora do conhecimento e saberes experienciados durante a sua formação. Portanto, muitos acadêmicos ao se desligarem da Universidade para atuar no campo profissional, reproduzem o que está pronto, esquecendo-se do conhecimento adquirido e não se permitem ser um agente transformador no âmbito escolar.

Assim, é de suma importância que a perspectiva formativa contribua para a construção de uma cultura profissional, já que é na faculdade que o discente terá a oportunidade de aprofundar ainda mais os seus conhecimentos teóricos, aliando-os a uma prática pedagógica consistente, proporcionando assim, uma visão crítica em relação à instituição escolar, ao trabalho desenvolvido como docente e à própria educação. Portanto, a formação dos acadêmicos em Licenciatura Plena em Pedagogia, além de ser pautada em conhecimentos científicos, é necessário que a prática profissional docente aconteça de forma intensa, demonstrando realmente que o registro de experiências e a construção de novas ideias acerca do ato educativo favoreça no desempenho de um verdadeiro profissional do âmbito escolar.

A proposta da autora é que todos os acadêmicos de licenciatura possam estar em dia com as disciplinas indispensáveis para prática do estágio sendo elas; Didática, Alfabetização e letramento, Fundamentos e metodologia do ensino de geografia, Fundamentos e metodologia do ensino de história, Fundamentos e metodologia do ensino de arte e movimento, Fundamentos e metodologia do ensino de ciências naturais, Fundamentos e metodologia do trabalho em educação infantil, Fundamentos e metodologia do ensino de matemática, Fundamentos e metodologia do ensino de linguagem, Literatura infantil-juvenil, Educação especial, Educação e cultura afro-brasileira, libras, Teorias do currículo.

Contudo, a prática da nossa formação, até agora não ocorreu dentro dos parâmetros indicados pela autora, sendo que os acadêmicos do curso de pedagogia da turma de 2013 foram para campo de estágio sem as disciplinas de Educação Especial, Metodologia do Ensino de Arte e Movimento e Libras, causando insegurança para o trabalho de intervenção. Portanto é necessário analisar a proposta para que os novos ingressantes nas universidades, adentre no estágio curricular supervisionado somente quando tiverem concluído as respectivas disciplinas, para não repetirem o mesmo erro.

A proposta curricular dos cursos deve ser apresentada mais claramente aos acadêmicos, ou mesmo ter um disciplina para o estudo da mesma, para melhor desempenho das habilidades a serem adquiridas pelos profissionais da licenciatura, pois é nítido que os acadêmicos entram e saem da universidade, sem ter o conhecimento da proposta curricular do curso. Assim, tendo uma grade curricular voltada para o estudo do PPC tanto o docente como o discente terá pleno conhecimento da estrutura que é oferecido pelo curso.

Uma das coisas que chama a atenção é a contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e trabalho. Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta muitas vezes com a lentidão das ações práticas educacionais.

Destaca-se ainda, que a proposta educacional ainda está muito aquém no que diz respeito a assuntos atuais de grande urgência e relevância. Cita-se a disciplina de cultura afro-brasileira, educação Indígena e outras, ou será que ainda celebra-se a cultura dos povos indígenas nas escolas somente com uma confecção de cocar e pinturas corporais? E a cultura Cigana é trabalhada? Sabemos que não. E as outras como ficam? Asiáticas, Latino-americano etc? Ou não seria melhor “educação e culturas brasileira”? Diante dos estudos da autora é necessário um projeto, que tenha uma proposta para se trabalhar a cultura e geografia local e regional, bem como propostas de educação para o trânsito, para as mídias, ambiental e para a política, no sentido de uma reflexão crítica e consciente.

Alguns desses assuntos citados, já são refletidos nas escolas ou até mesmo nas universidades, porém ouvindo e dialogando com estudantes e educadores, acontece ainda de forma tímida e lenta. Há uma preocupação para a alfabetização e letramento, que é muito válida, porém não se pensa nos meios para se trabalhar o analfabetismo funcional, tão gritante ultimamente nas escolas e universidades. Ao citar esses assuntos, percebe-se que diz respeito com a proposta para estágio, pois o mesmo tem a preocupação de levar o professor a trabalhar de forma que teoria e prática caminhem juntas.

A formação dos professores está baseada na leitura crítica sendo ela a construção do saber, que articula reflexão à teoria e pratica que pode possibilitar melhor o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula.

A universidade proporciona a visão crítica, baseada nos textos indicados pelos docentes nas respectivas disciplinas do curso. Contudo, os estudantes que chegam à universidade possuem um atraso significativo de leitura redescobrimo que o pouco conhecimento adquirido na sua formação dificulta a interpretação dos textos estudados. Sabemos que o analfabetismo não é simplesmente incapacidade de ler e escrever, mas uma deficiência de informação cultural, que não pode ser remediada com métodos centrados exclusivamente na técnica ou no treinamento de habilidades. Enfim, o fato é que o Brasil nunca será uma “pátria educadora” se a leitura continuar sendo tratada como “disciplina de segunda classe” nos currículos escolares. Pois o leitor ideal é “alguém que lê intensamente”, que está familiarizado com gêneros diversos, e que é capaz de interpretar aquilo que lê.

Outo assunto diz respeito a educação especial, citada na proposta. A educação especial está mais voltada para o atendimento de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, que são assistidas em instituições especializadas, bem como nas escolas. A mesma tem como objetivo atender alunos com determinadas necessidades especiais. Neste caso exige a presença de profissionais especializados como professor, psicólogo, educador físico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, e terapeuta ocupacional.

Infelizmente, com o cenário político, econômico e administrativo que vem se perdurando dia após dia em nosso país e verificando a realidade das escolas, me vem muitas perguntas: Os professores estão preparados para lidar com a inclusão de alunos especiais? Como a formação de professores da Universidade Federal do Tocantins para a inclusão incide sobre essas questões? Se faltam profissionais preparados nas escolas para essa demanda, de que maneira acontece a formação e prática para o estágio supervisionado dos futuros professores? De acordo com o estágio supervisionado a turma de licenciatura do ano de 2013, não conseguiu alcançar o desempenho ao que condiz a educação especial, devido à falta de preparação e conhecimento dos discentes sobre as respectivas disciplinas.

4.3 Análise do Estágio Supervisionado articulado às questões étnicos- raciais

A escola precisa ser um espaço contínuo de acolhida e formação social, em que todos se percebam como agentes transformadores, independentemente de cor ou raça, rompendo com ideologias que promovam a desigualdade entre as

peessoas. Esta precisa ser transformada em um lugar da coletividade, valorizando a cultura e valores dos ancestrais.

Os educadores precisam comprometer-se com a busca pela transformação da sociedade, com estratégias que envolvam os alunos na produção do saber, a partir da realidade destes e construir novos conceitos, além daqueles que já fazem parte dos seus saberes, desfazendo mentalidades e atitudes racistas e discriminatórias, superando o etnocentrismo europeu.

Em uma sociedade de diferenças sejam elas de ideologia, de cultura, mas principalmente de etnia como a brasileira, o racismo e o preconceito são atitudes não aceitáveis no atual contexto social. Os educadores não podem compactuar aceitando que isto ocorra, ficando indiferentes, precisam sim enfrentar e buscar cada vez mais a superação.

A experiência do Estágio Supervisionado na Educação Infantil possibilitou a elaboração de um planejamento voltado para o desenvolvimento integral da criança a fim de construir seus próprios conhecimentos. Após a observação minuciosa das duas instituições onde os estágios foram realizados, desenvolvemos a intervenção dentro dos objetivos gerais da escola que é de propiciar a formação do indivíduo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A observação atenta dos detalhes coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente” (ZANELLI, 2002 p.83). Ademais, para Günther (2006 p. 201), “o ponto forte da observação é o realismo da situação estudada, que fornece um indicador do nível em que as indagações estão para, a partir desta análise, se estruturarem posteriores e complementares entrevistas”.

A observação nos possibilitou um contato direto da realidade de sala de aula e com o ambiente escolar, como já foi abordado nas citações acima. A fase da observação começou no dia 05 de setembro de 2016, na instituição do CMEI Dona Maracaipe, para conhecermos o ambiente escolar. A observação da rotina começou no dia 12 de setembro no período vespertino. Tudo que acontecia durante todo o percurso da observação, era algo novo até então, devido à falta de experiência em sala de aula com crianças daquela faixa etária. Percebemos no primeiro dia de observação, o afeto e a interação das crianças conosco. Elas sempre se manifestavam com abraços, olhares e sempre que podiam sentavam em nossos

colos. Sempre que percebíamos antes que as professoras regentes nos pedissem para ajudá-las, nos prontificávamos para ajudar.

Recordamos que o dia em que mais contou com a nossa coparticipação, foi no dia que as regentes levaram as crianças para o pátio. Brincamos com as crianças, ajudamos a olhar cuidadosamente para cada uma, deram banho e ajudamos a trocar de roupa. O pátio onde as crianças foram brincar tem apenas dois balanços, e não é um lugar amplo para que as crianças pudessem brincar à vontade e nem um parque infantil. Sem contar que as salas são muito quentes e pouco espaçosas. Segundo Lima (2001, p.16) *“o espaço físico é muito importante para a criança pequena, pois muitas das aprendizagens que ela realizará em seus primeiros anos de vida estão ligadas aos espaços disponíveis e/ou acessíveis a ela”*. Ademais para FARIA (1994, p.74) *“a organização do espaço físico das instituições de educação infantil deve levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo etc”*. Vale mencionar que durante as observações, as crianças não foram levadas para a brinquedoteca devido a sala ser muito pequena, que não há espaço para todas as crianças brincarem, sem contar com a maioria dos brinquedos gastos.

No decorrer do estágio, encontramos algumas dificuldades com crianças que necessitavam de acompanhamento, devido ao posicionamento da negatização sobre a imagem do sujeito negro, que não é aceito. Encontramos notadamente, algumas crianças que humilhavam as características das crianças negras, expressando insatisfação com o corpo delas. Sabemos que a imagem, de um padrão de beleza branqueada está presente na escola, então percebemos que continua sendo disseminado o modelo de beleza branca/europeia, que a mídia tem divulgado tão claramente, ao longo de sua existência. Assim, é urgente tentar desconstruir, a imagem negativa do negro e buscar construir a valorização de uma cultura inclusiva, sem acepção étnica de pessoas. Outra dificuldade foi em relação ao atendimento dos alunos especiais, devido ao déficit de aprendizado encontrado nesse público, os quais precisavam de acompanhamento individual para melhor desempenho das atividades propostas. E como não tivemos uma formação adequada, que pudéssemos identificar ou até mesmo ajudar as crianças com alguma dificuldade de aprendizagem, foi necessário a intervenção dos professores para melhor desempenho e aplicação das atividades acadêmicas. A unidade escolar selecionada para a intervenção do estágio, foi a mais próxima da Universidade, para

facilitar a realização da ação pedagógica.

A preparação da atividade da intervenção foi desenvolvida no período vespertino na UFT, das 14h00min às 16h 15min, por meio dos professores que nortearam o trabalho na literatura infantil “O cabelo de Lelê” da autora Valéria Belém. Sendo executada no CMEI Maracaípe (creche) no dia 19/10/2016 e EMEI Vilmar Vasconcelos (pré-escola) em 21/10/2016. A intervenção planejada teve como fio norteador das ações a temática da diversidade cultural e étnico racial tendo como principal embasamento teórico o conteúdo da obra: “Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, de Nilma Lino Gomes. Sendo que, ao longo do planejamento e execução das atividades, foram contempladas as seguintes áreas:

História:

- Elementos que caracterizam o processo da colonização do Brasil, com escravização de africanos.
- Miscigenação racial e cultural na formação do povo brasileiro.
- Desconstrução de estereótipos.
- Respeito à diversidade.

Geografia:

- Localização do continente africano.
- Identificação de alguns dos países que compõem o continente africano.
- Localização de algumas regiões brasileiras onde a população negra foi escravizada em maior número.
- Localização do Tocantins e o contexto do uso da mão de obra escrava no estado.

Artes:

- Contato com elementos literários: rimas.
- Estímulo de expressões visuais por meio das ilustrações contidas no livro.
- Produção de desenhos com diferentes técnicas de ilustração.

Ciências:

- Características do corpo humano considerando etnias e raças diversas.

Buscamos promover a sensibilização acerca de questões étnico raciais, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e favorecer um maior conhecimento acerca da cultura africana, sua presença e contribuição na composição da cultura brasileira.

O desenvolvimento da atividade de intervenção, deu-se por meio da contação de história do livro “**O cabelo de Lelê**” e para melhor desempenho das crianças, foi providenciado a ampliação do livro, para que as ilustrações dos desenhos fossem bem visualizadas.

No primeiro momento, as crianças sentaram em círculos, abrimos o mapa e explicamos a história da África, do Brasil e o Oceano Atlântico. A leitura da história foi planejada e ensaiada com técnicas de mobilização e teve o envolvimento das crianças. Fizemos encenações em algumas partes do livro, nesse período as crianças permaneceram concentradas, mas no meio da história começaram a se agitar, na creche algumas imaginavam que a personagem era um bicho e parecia uma aranha, enquanto na pré-escola a expressão era que Lelê tinha o cabelo bagunçado. O importante foi a compreensão diante dos fatos ocorridos. Analisamos que foi ensinado um padrão de beleza para elas, em relação a cor, cabelo, corpo e aceitação. As crianças que tinham cabelos cacheados, quando falávamos que o cabelo de Lelê se parecia com o dela, a criança dizia que não parecia.

As histórias infantis que exploram o imaginário da criança são relevantes, uma vez que lhes permitem identificação com heróis ali representados, despertando-lhes o interesse em conhecer melhor a literatura. Esses elementos, quando presentes na literatura infantil afro-brasileira, contribuem para a visibilidade de outro imaginário cultural, baseado no princípio da diversidade e da pluralidade, das africanidades, essenciais para a cosmo visão africana no Brasil. (BARREIROS e VIEIRA, 2015, p. 172).

Após o término, fizemos algumas perguntas da história, explorando os elementos contidos no livro. Em seguida, explicamos que os alimentos da África e Brasil eram parecidos devido a herança cultural e a miscigenação que ocorreu entre esses povos. Continuamos a explicação pela realização do piquenique na sala, causando muita curiosidade e vários questionamentos em relação às frutas e alimentos. A explicação teve a participação dos alunos e logo convidamos para a degustação dos mesmos. Dando sequência as brincadeiras de roda, túnel e danças para melhor desempenho das habilidades.

O segundo momento, destacou-se por duas atividades, uma eram desenhar os cabelos da personagem, e fazer um auto-retrato, a partir da contemplação em frente um espelho e desenhar sua face para ampliar seus conhecimentos de mundo, seu repertório vocabular e suas experiências de aprendizagem.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menos prezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p. 12).

No final da intervenção fizemos uma reflexão, detalhando todas as vivências nas instituições que contribuíram para a nossa formação como pedagogas e que nos fizeram questionar como fazer a diferença entre os conteúdos metodológicos, para que sejam viáveis respeitando suas origens étnicas raciais e o ser criança.

A experiência do estágio supervisionado em Educação Infantil, mencionados anteriormente, contribuiu para nossa prática pedagógica e formação como licenciadas em pedagogia. Possibilitando colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, bem como refletir sobre a cultura afro-brasileira e outras obras de referência para nossa formação.

Todo o processo de descobertas e aprendizagem nos deu a oportunidade de desenvolver habilidades significativas, inovadoras e criativas, ocupando um lugar de agente de transformações junto às crianças, nos fazendo compreender a importância do estágio supervisionando na formação docente. Verificamos que o estágio nos possibilita ressignificar os saberes, as reflexões sobre nossa conduta e a construção de identidade de cada indivíduo, estando todos nós em busca de aprendizagem para todo o processo.

A realidade vivenciada proporcionou grandes trocas com os alunos, nos possibilitando a oportunidade de ensinar, mas também de aprender visto que todos são seres humanos com vivências e saberes diferentes, com múltiplos e complexos comportamentos e com realidades sociais e culturais distintas.

Vale ressaltar que o estágio contribuiu bastante para nossa formação enquanto alunas e educadoras. Mediante a prática procuramos desempenhar o papel de educadoras, que busca formar cidadãos críticos e conscientes na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, seguem-se as considerações finais a respeito da análise da importância do combate ao pré-conceito, ao racismo e à discriminação na escola, ressaltando a importância que essa temática deve ocupar dentro das escolas. As dificuldades encontradas, serviram de reflexão para uma reorganização da avaliação e do planejamento realizado no estágio, possibilitando a melhor aplicação de atividades pedagógicas na escola, integradas ao cotidiano da criança negra. Assim, ficou evidente a necessidade de continuidade do trabalho, para resultados mais consistentes, bem como de práticas educacionais que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da nossa sociedade.

Esse trabalho não pretende, de modo algum, esgotar o assunto em torno dessa temática tão provocadora e atual, em que fica evidente no brasileiro, um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial, tão permissiva quanto o racismo assumido.

Se o preconceito é um “conceito pré concebido”, partindo daquilo que se imagina sobre algo ou alguém, com base em opiniões também pré-concebidas, far-se-á necessário então, apresentar ao preconceituoso as informações corretas, para que então este, possa ter a capacidade de reformular adequadamente seu conceito sobre algo ou alguém. Isso poderá ser feito através das escolas, com foco principalmente nos anos iniciais. É necessário que as novas gerações de crianças aprendam, desde cedo a não reproduzirem os passos de um adulto preconceituoso.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, os instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar.

Foi mostrado que a justificativa de uma pretensa superioridade racial, tem por base o viés de ideologias/doutrinas surgidas na Europa no século XIX, entre as quais são citadas o Arianismo, o Darwinismo social, a Eugenia e o Evolucionismo social.

O processo discriminatório, que estigmatiza a cultura brasileira é legitimado através de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que

se arrastam cotidianamente através de comportamentos que foram e ainda são replicados de geração em geração, chegando ao cumulo de adentrar nossas escolas e a partir daí a mente dos alunos. Neste sentido foi apresentado o importante papel da escola neste processo de construções e desconstruções ideológicas, a partir da qual, podemos trabalhar as questões étnico-raciais e discriminatórias bem como evidenciar tais problemas como político-sociais.

Nesse estudo, também podemos analisar por meio de diversos autores, a contribuição negra, concluindo que sua importância perpassa o âmbito econômico, fruto do árduo trabalho que lhes foi imposto, e mostra que são fortes sua colaboração na música brasileira (afoxé, carimbó, maracatu, forró, pagode, entre outras), no esporte, através da criação da capoeira.

No Estágio Supervisionado, foi possível a elaboração de um planejamento pensando no desenvolvimento integral da criança. A experiência possibilitou um contato direto da realidade escolar com a sala de aula, e uma das intervenções planejadas, teve como fio norteador a temática da diversidade cultural e étnico. O trabalho teve como base teórica, a obra: ““O cabelo de Lelê””, de Maria Belém.

As áreas de conhecimento que puderam ser contempladas neste trabalho foram: História, através de elementos que caracterizam o processo da colonização do Brasil, com miscigenação racial e cultural, escravidão de africanos, desconstrução de estereótipos e respeito a diversidade. A Geografia, por meio da localização do continente africano e identificação de alguns países que o constituem. Em Artes, o contato com elementos literários como rimas, produção de desenhos com diferentes técnicas de ilustração, estímulos de expressões visuais por meio das ilustrações contidas no livro e finalmente a área de Ciências, as características do corpo humano, considerando etnias e raças diversas.

É evidente que o Brasil possui uma dívida com os indígenas, afrodescendentes e africanos, em virtude de anos de abdicação de direitos e ao longo tempo de exclusão social. Um bom exemplo de uma prática educacional, em que o outro - aquele que é apresentado comumente de modo pejorativo -, foi o trabalho realizado em sala de aula com base na obra literária, “O cabelo de Lelê”, de Valéria Belém e que trás como personagem principal, uma criança que deseja conhecer sua origem e que a encontrando, consegue construir uma identidade positiva de si. Tal identidade não é posta aqui de modo pejorativo, - “eu sou preto!”, ou “eu sou branco!”, mais seguindo a trilha complementar de um outro trabalho

analisado, “O Menino Marrom(2017)”, em que o protagonista de cor negra, não se reconhece como negro e nem procura ressignificar sua raça. Para ele, isso pouco importa, indicando ao leitor, que para nós isso pouco deveria importar também.

O desenvolvimento deste trabalho com as crianças, contribuíram com a nossa formação pedagógica e nos fez questionar quanto às possibilidades de fazer a diferença entre os conteúdos metodológicos de modo que respeitem as origens étnicas raciais de cada um bem como, o ser criança. É neste sentido pertinente aqui apresentado e analisado, que a escola tem um papel fundamental como local de sensibilização, conscientização e formação de opiniões contra uma discriminação disfarçada, que (de)forma a ideia de etnia e raça.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Valéria “**O cabelo de Lele**”. 1ª edição. Companhia editora nacional, 2007.

BRASIL- **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**– Obrigatório ensino da história e cultura africana e afro-brasileira

BRASIL- **Lei 11.645/2008** - Obrigatório ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.

BRASIL. **Lei nº 12.228 de 20 de julho de 2010** – Estatuto da Igualdade Racial.

CARNEIRO, M.L.T. **O racismo na história do Brasil: Mito e Realidade**. 2ª ed; São Paulo, End. Ática,1995.

FARIA, Ana Lucia G.de. **Direito à infância- Mario de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operaria da cidade de São Paulo (1935-1938)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, USP, 1994.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/jun 2006.

LIMA, Elvira de Souza. **Como a criança pequena se desenvolve**. São Paulo: Sobradinho, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Origens Africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**, São Paulo: Global, 2009.

PINTO, Zivaldo Alves. **O menino marrom**. Editora Melhoramento, 2012.

SPADA, Ana Corina. **Proposta para estágio curricular supervisionado do curso de pedagogia**. Miracema do Tocantins, 2018.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 79 - 88, 2002.